



**Camila Alves Jourdan (2020) *Entre monstros e naufrágios: O imaginário grego sobre a morte no mar*. São Paulo: Fonte Editorial, 200 p. ISBN: 978-65-87388-67-0. R\$20,00**

*Gabriel Cabral Bernardo (Universidade de São Paulo)*

*gacabe@hotmail.com*

A obra em questão é produto de uma pesquisa de doutorado concluída em abril de 2019, cujo objetivo é descrever as repercussões culturais e sociais da morte no mar entre os gregos dos Períodos Arcaico e Clássico (séculos VIII-IV a.C.). Tal análise é justificada pelo fato de que a morte no mar, por ser geralmente caracterizada pela ausência do corpo do falecido, impossibilitava a realização dos rituais funerários apropriados. Isso, por sua vez, produzia problemas significativos não apenas para o morto em si, cuja alma era impedida de prosseguir sua jornada para o mundo dos mortos, mas também para os vivos, que ficariam sob a ameaça de um *miasma*, uma poluição ritual que podia trazer consequências sérias tanto para a família do falecido quanto para seu grupo social mais amplo. Sendo assim, o trabalho se propõe a identificar como o medo da morte no mar, ou mesmo as soluções encontradas para limitar sua maleficência, influenciaram o imaginário e as práticas sociais dos gregos antigos (p. 15-16).

O trabalho, portanto, se propõe a dizer como determinadas ideias se refletem em representações e práticas sociais (cf. p. 16). Com esse objetivo, é considerado um *corpus* grande de fontes textuais (de diversos tipos) e imagéticas (69 figurações em cerâmicas) produzidas por gregos arcaicos e clássicos. A metodologia de análise de tal material é esclarecida logo no começo da obra (p. 20-21): aborda-se os conteúdos das fontes como “representações sociais”, como formas de conhecimento elaboradas e compartilhadas por uma sociedade com o

objetivo de construir “uma realidade comum” (p. 20, n. 8). Essa realidade enfocada pela obra é, mais especificamente, o mar enquanto imaginado pelos gregos antigos, com especial atenção aos perigos que levavam seus navegantes à morte. Para a identificação dos parâmetros dessa representação social, “grades de leitura” são empregadas nas fontes textuais e “unidades formais mínimas” são identificadas nas fontes imagéticas. Tais ferramentas parecem apropriadas para o estudo, mas o texto não deixa muito claro como grades de leitura e unidades formais mínimas nos ajudam a ir além, criticar ou corroborar interpretações sobre as fontes. Há bastante apoio na historiografia, isso é fato, mas poucas discussões dessa historiografia – parece que são mantidas no texto apenas as teorias com as quais se concorda. Isso dificulta a percepção das contribuições originais da obra, além de criar a impressão de que se trabalha apenas com consensos absolutos entre os acadêmicos com os quais se dialoga. Ademais, por vezes se menciona apenas os resultados de análises realizadas *off-screen*, indicando as fontes (por vezes não especificadas) trabalhadas na tese original (e.g. p. 33 n. 8; p. 79 n. 9; p. 80 n. 11; p. 89 n. 17; p. 99 n. 21; p. 102 n. 24; p. 103 n. 25; p. 144 n. 1). Isso acaba dificultando a compreensão plena de qualquer raciocínio crítico proposto no livro, tornando-a dependente da consulta da tese que o produziu.

Outro elemento teórico elencado na obra é a ideia do Mediterrâneo como um organizador da história dos povos que habitam suas margens. Tem-se na obra que o mar funciona como um “integrador de povos” desde a Antiguidade, justamente o que impeliu os gregos ao mar e, conseqüentemente, à composição de um imaginário sobre ele (p. 30, 178). Geralmente, os trabalhos sobre tal imaginário dão a proximidade entre gregos e o mar como um pressuposto, de modo que é um mérito da obra considerar as causalidades dessa proximidade. Entretanto, mesmo que se discuta as várias abordagens possíveis à história do Mediterrâneo (p. 23-30), aquela que acaba sendo adotada o coloca como um espaço definido principalmente pela integração (p. 29-30). Esse foi, de fato, um elemento marcante no Mediterrâneo durante a Antiguidade, mas não da mesma forma durante toda ela. Dessa forma, quando se presume o Mediterrâneo como um integrador por excelência, acaba-se indo contra a intenção, enunciada na própria obra (p. 21), de considerar o *diálogo* entre homem e meio. Nesse sentido, parece que o imaginário grego sobre o mar é apenas uma resposta à dinâmica

inescapável da integração mediterrânica, não uma confluência de interesses humanos (e não apenas gregos) e limitações/potencialidades geográficas. Ou seja, faz-se uma história *no* Mediterrâneo, não do Mediterrâneo (*contra* p. 28).

Também é possível observar um deslize com a historicidade na definição um pouco imprecisa das balizas cronológicas da obra. Como já foi dito, a obra propõe analisar fontes literárias e imagéticas compostas entre os séculos VIII e IV a.C., mas justifica apenas a baliza inicial – marcada pela composição “final” dos épicos homéricos, que refletia experiências marítimas helênicas de todo o período considerado (p. 41). Entretanto, não se diz o que muda nessas experiências após o século IV a.C., a ponto de se colocar ali o ponto de parada do estudo. Inclusive, o próprio trabalho parece reconhecer esse problema ao incluir em suas análises obras literárias e epigramas do século III a.C.,<sup>1</sup> indicando que o imaginário e as práticas sociais relevantes não cessaram no século IV a.C. Portanto, ao mesmo tempo em que se presume que as atitudes e o imaginário grego relativo ao mar e à morte no mar não mudaram entre os Períodos Arcaico e Clássico, não se diz por que nem para o que eles mudaram (se de fato mudaram) a partir do século IV a.C. (ou III a.C.). Falta ao estudo, portanto, uma consideração mais cuidadosa sobre os limites temporais dos fenômenos analisados.

Feitas as considerações teórico-metodológicas, o texto é organizado por meio de capítulos temáticos, cada um lidando com um tema associado à ideia da morte no mar. O primeiro capítulo expõe bastante bem como o mar era referido, imaginado e apropriado pelos gregos antigos – ainda que por meio de construções fabulosas. Se via o mar, portanto, principalmente como um espaço pelo qual se podia viajar e descobrir novidades, mas também onde eram conectados os mundos dos homens, do sagrado e dos mortos. Tal fato conferia ao mar uma série de atributos ambivalentes que escondia inúmeros perigos, esses cujo medo que inspirava nos navegantes era minimamente controlado pela “domesticação” do mar através da construção de um imaginário sobre ele.

---

<sup>1</sup> Por exemplo, p. 79, 96, 146-147 (*Alexandra* de Lícofron); p. 87, 89, 160, 165, 172-173 (*Argonáuticas* de Apolônio de Rodes); p. 138, 139, 140, 141, 146 (epigrama de Leônidas de Taranto); p. 141-142 (epigrama de Alceu de Messene). A obra até mencionaria uma tradição de Pausânias (2.32.2), do século II d.C., sobre o *nóstos* de Diomedes – essa presente na página 246 da tese de doutorado, mas ausente no livro por conta da repetição (ao menos na edição por mim consultada) da página 163 na página 164.

No segundo capítulo são considerados seres mitológicos que formavam parte dos perigos marítimos. O argumento principal é que esses compartilhavam características com o próprio mar (p. 106) – por exemplo, a sedução das sereias e as enganosas calmarias do mar, que levavam homens à morte depois de se revelarem mortíferas e voláteis, respectivamente. Tal conclusão é bastante interessante, mas é limitada pela negação de que tais características, nos seres mitológicos, fossem necessariamente analogias de experiências marítimas (p. 105), ainda que essa fosse uma possibilidade (cf. p. 179). Nesse capítulo talvez o único elemento questionável é a categorização dos seres considerados como “monstros”. Eles o são por compartilharem características “monstruosas”, isso é, por possuírem proporções antinaturais e/ou serem seres híbridos, que vão contra a *phýsis* e possuem um comportamento bestial (p. 18). Tal concepção de “monstro”, entretanto, parece advir da coleção de características referidas por termos antigos que são, *na modernidade*, geralmente traduzidos por “monstro” (κῆτος, πέλωρ, τέρας, θῆρ e φῆρ; cf. p. 63-72). Ou seja, o filtro do conceito é baseado em noções modernas de “monstro” e “monstruosidade”. Assim, cria-se uma categoria inexistente na Antiguidade, o que acaba excluindo da análise outros seres (também marítimos e também ligados à morte) que são referidos pelos mesmo termos antigos ou que possuem características semelhantes. Temos, por exemplo, os golfinhos, que também são referidos como *kéte* e, assim como o próprio mar (cf. p. 55-61), atuam mitologicamente como conectores entre os mundos da superfície, dos mortos e dos deuses – por vezes até impedindo a morte de navegantes e a perda de seus corpos.<sup>2</sup> De fato, a obra deixa claro que pretende tratar apenas dos seres *perigosos* aos navegantes (p. 18). Ainda assim, a projeção de uma definição moderna de “monstro” para a Antiguidade acaba descontextualizando os seres analisados de um imaginário de outra natureza, que incluía ainda outros seres que poderiam contribuir para o estudo. Isso, por fim, acaba produzindo uma imagem parcial de como a morte no mar repercutiu no imaginário antigo sobre esse espaço.

No terceiro capítulo, o mais bem construído da obra, se descreve como fragmentos de memória de mortos no mar são utilizados para edificar uma memória sobre ele, uma etapa essencial dos rituais funerários que seriam,

---

<sup>2</sup> M.-C. Beaulieu (2016) *The Sea in the Greek Imagination*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. Ver capítulo 4.

teoricamente, impossíveis sem a presença do corpo do falecido. O argumento é de muita valia, mas é principalmente aqui que se vê o deslize com as balizas cronológicas do estudo: a principal fonte são 91 epigramas da *Antologia Palatina* que datam desde o Período Arcaico ao Romano, além de que a maioria dos discutidos no texto são do Período Helenístico.

O quarto capítulo discute uma coleção de representações não muito coerentes entre si: trata-se ali da representação de naufrágios, dos navegantes e dos fatores naturais que afetavam a navegação. A discussão que une tais tópicos é a ideia de que, para os antigos, a prática e o conhecimento náutico dos navegantes não bastavam para impedir a morte certa em naufrágios ou garantir uma travessia segura do mar – o favor e mesmo a inspiração divina da *métis* eram fatores imprescindíveis.

A conclusão, por fim, reflete a organização temática da obra ao não apontar uma conclusão única para o todo. Ali são retomados os apontamentos sobre o imaginário do mar (p. 178), sobre os “monstros” que nele vivem (p. 179) e sobre a atuação divina nesse espaço (p. 180-181). A conclusão em destaque, a “resposta à nossa questão inicial”, é apontada como sendo especificamente a conclusão do terceiro capítulo (cf. p. 22): por conta da profunda repercussão social negativa da morte no mar, os ritos funerários foram “adaptados” para tornar possível a criação de uma memória daqueles que faleceram e/ou se perderam no mar. O objetivo disso era o de possibilitar, para o falecido, a continuação de sua jornada para o mundo dos mortos e, para os vivos, a manutenção da ordem, sem *miasmas* que poderiam ameaçar a sobrevivência do coletivo como um todo (p. 179-180, 181). Tal conclusão é de fato a maior contribuição da obra, mas a centralidade a ela atribuída passa a impressão de que ela corresponde à tese buscada desde o começo da obra, de modo que as outras discussões parecem apenas acessórias, não pensadas como alicerces para a principal conclusão do livro. Falta, portanto, uma tese central, construída sobre os pilares providos pelos capítulos temáticos.

Por fim, deve-se reconhecer que a reunião das ideias de vários acadêmicos nas discussões compõe, sem dúvida, um excelente ponto de partida para os interessados nos vários temas tratados pela obra. As exposições sobre as características que os antigos atribuíam ao mar e a terminologia usada para tal (p. 31-39, 47-61), sobre os rituais funerários, sobre os obstáculos que morte no

mar impunha a eles (p. 113-131) e sobre a relação entre homens e o sagrado no espaço marítimo (p. 159-175) incluem referências (antigas e modernas) essenciais para a imersão em tais discussões, fornecendo pontos de partida valiosos para abordagens mais críticas. Sendo assim, é uma pena que uma parte da historiografia citada não esteja listada nas referências bibliográficas – em uma verificação menos atenciosa do que a necessária, identifiquei ao menos 27 obras citadas no texto, mas não listadas ao final da obra. Menções textuais a fontes antigas também precisam de uma revisão mais atenta,<sup>3</sup> de modo que o livro possa cumprir melhor o papel de servir como fundação para estudos futuros.

*Data de publicação: 02/02/2022*

---

<sup>3</sup> E.g. p. 69: menciona uma passagem de uma obra não especificada de Hesíodo e um fragmento de Alcman não acompanhado do nome do autor cuja coletânea lhe dá a numeração indicada; p. 138: há uma referência ao sétimo livro da *Antologia Palatina* como o “Livro VII de Epigramas”; p. 161: Tucídides é referido como autor de uma obra intitulada *Histórias*.